

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

SALMO SÚLLYVAN AVELINO DOS SANTOS

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA NA
FORMAÇÃO DOCENTE DE UM LICENCIANDO DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALAGOAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Maceió

2024

SALMO SÚLLYVAN AVELINO DOS SANTOS

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA NA
FORMAÇÃO DOCENTE DE UM LICENCIANDO DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALAGOAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de Alagoas como requisito básico para a conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

Orientador prof. Dr. Müller Ribeiro Andrade

Maceió

2024

**Catálogo na Fonte Universidade
Federal de Alagoas Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S237e Santos, Salmo Súllyvan Avelino dos.

A educação inclusiva e o ensino de ciências e biologia na formação docente de um licenciando da Universidade Federal de Alagoas : relato de experiência / Salmo Súllyvan Avelino dos Santos. – Maceió, 2024.
54 f. : il.

Orientador: Müller Ribeiro Andrade.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Biológicas: licenciatura) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 48-54.

1. Educação Inclusiva - Políticas públicas. 2. Necessidades educacionais. 3. Ensino de ciências. 4. Ensino de biologia. 5. Prática pedagógica. 6. Formação docente. I. Título.

CDU: 372.857:376(813.5)

Folha de aprovação

SALMO SÚLLYVAN AVELINO DOS SANTOS

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA NA FORMAÇÃO DOCENTE DE UM LICENCIANDO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de Alagoas como requisito básico para a conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **MULLER RIBEIRO ANDRADE**
Data: 11/11/2024 18:58:04-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Müller Ribeiro de Andrade
(Orientador) Universidade Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente
 **ALEILSON DA SILVA RODRIGUES**
Data: 11/11/2024 14:52:13-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Aleilson Rodrigues da Silva
Universidade Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente
 **LEONORA TAVARES BASTOS**
Data: 10/11/2024 17:43:21-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dra Leonora Tavares Bastos
Universidade Federal de Alagoas

Dedico este trabalho ao meu Deus que em todos os momentos me auxiliou dando-me forças para continuar a jornada independentemente de qualquer circunstância. Dedico também a minha família, amigos e professores que foram apoiadores em todo percurso.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao meu Deus, que merece toda honra, glória e o louvor, pois Ele quem me auxiliou em todos os momentos, me guardando e me dando forças para concluir essa jornada.

Quero agradecer também a minha família por todo apoio, meus pais, Saulo Petrônio dos Santos e Lilian Avelino da Silva Santos, meu irmão, Sávio Petrônio dos Santos juntamente com sua esposa e filhos, assim como a minha digníssima esposa, Thayná dos Santos Avelino e minha pequena filha Hadassa Sofia Avelino dos Santos, vocês são minha fonte de inspiração para prosseguir minha caminhada.

Agradeço ao meu Orientador Prof. Dr. Müller Ribeiro Andrade por todo empenho, dedicação e principalmente paciência. Em nome dele agradecer a todos os professores que fizeram parte de toda minha graduação.

Por fim agradecer a todos aqueles que de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuíram para o meu desenvolvimento durante a graduação nesses anos passados na Universidade Federal de Alagoas.

“Educar verdadeiramente não é ensinar fatos novos ou enumerar fórmulas prontas, mas sim preparar a mente para pensar.”

(Albert Einstein)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo relatar a experiência de um licenciando em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em relação à abordagem da Educação Inclusiva no Ensino de Ciências e Biologia ao longo de sua formação docente. Diante das dificuldades enfrentadas por professores após a graduação, torna-se essencial discutir essa temática para compreender como futuros docentes estão desenvolvendo atividades e metodologias voltadas ao ensino de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). O relato de experiência proporciona uma análise prática e acessível, explorando o papel da Educação Inclusiva no contexto da formação docente. O trabalho apresenta essa perspectiva a partir da vivência de um discente da Licenciatura em Ciências Biológicas do ICBS-UFAL, articulando suas experiências com a literatura que destaca a importância da inclusão no ensino de Ciências e Biologia. Também discute como as disciplinas específicas de conhecimento científico abordam a inclusão, promovendo reflexões sobre o tema. Além disso, o estudo analisa a relação entre as disciplinas práticas e as políticas públicas voltadas à educação inclusiva, exemplificando situações vivenciadas durante a formação acadêmica. Por fim, o trabalho enfatiza a importância de experiências formativas que permitem aprofundar o entendimento sobre os desafios de implementar práticas inclusivas no ambiente escolar. Ressalta-se a responsabilidade dos profissionais que atuam na formação de futuros professores, destacando a necessidade de prepará-los para lidar com as dificuldades que surgirão ao longo de sua trajetória docente.

Palavras-chaves: Políticas Públicas em Educação Inclusiva; Necessidades Educacionais; Ensino de Ciências e Biologia; Práticas Pedagógicas; Formação Docente.

ABSTRACT

The aim of this Final Paper is to report on the experience of a Biological Sciences undergraduate student at the Federal University of Alagoas (UFAL) in relation to the approach to Inclusive Education in Science and Biology Teaching during his teacher training. Given the difficulties faced by teachers after graduation, it is essential to discuss this issue in order to understand how future teachers are developing activities and methodologies aimed at teaching students with Special Educational Needs (SEN). The experience report provides a practical and accessible analysis, exploring the role of Inclusive Education in the context of teacher training. The paper presents this perspective based on the experience of a Biological Sciences undergraduate student at ICBS-UFAL, articulating his experiences with the literature that highlights the importance of inclusion in the teaching of Science and Biology. It also discusses how specific disciplines of scientific knowledge approach inclusion, promoting reflections on the subject. In addition, the study analyzes the relationship between practical subjects and public policies aimed at inclusive education, exemplifying situations experienced during academic training. Finally, the paper emphasizes the importance of training experiences that enable a deeper understanding of the challenges of implementing inclusive practices in the school environment. It emphasizes the responsibility of professionals who work in the training of future teachers, highlighting the need to prepare them to deal with the difficulties that will arise throughout their teaching career.

Keywords: Public Policies in Inclusive Education; Educational Needs; Science and Biology Teaching; Pedagogical Practices; Teacher Training.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO ATUAL.....	12
2.2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES	17
2.3 O ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA NA ATUALIDADE.....	19
2.4 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA.....	23
2.5 O RELATO DE EXPERIÊNCIA COMO FACILITADOR DO CONHECIMENTO.....	25
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	27
4 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA NA FORMAÇÃO DOCENTE: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	28
4.1 Vivências durante as disciplinas de conhecimentos específicos do curso de licenciatura em ciências biológicas.....	30
4.2 Vivências durante as disciplinas de conhecimentos educacionais do curso de licenciatura em ciências biológicas.....	33
4.3 Vivências durante as disciplinas de natureza prática do curso de licenciatura em ciências biológicas.....	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
6 REFERÊNCIAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Censo Escolar, no Brasil foram registrados mais de 1,7 milhão de matrículas de estudantes com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Básica. Sendo um aumento considerável quando comparado com os cinco anos anteriores. Essas matrículas estão concentradas principalmente no Ensino Fundamental, onde os professores de Ciências atuam nos anos finais, por esse motivo deve-se pensar cada vez mais em Educação Inclusiva reforçando a necessidade de Políticas Públicas voltadas para a inclusão (INEP, 2024).

A Educação Inclusiva e o Ensino de Ciências e Biologia é um tema de extrema importância no desenvolvimento do licenciando em ciências biológicas, pois na atualidade o índice de alunos que possuem algum tipo de necessidade educacional especial relacionada a aprendizagem tem aumentado, trazendo cada vez mais desafios para lecionar os conteúdos relacionados a disciplina de ciências e biologia (DIAS, CAMPOS, 2013)

Durante a formação inicial docente na graduação, o ambiente universitário intermedia a teoria e experiências vividas, trazendo assim maior bagagem de conhecimento para os futuros professores que estarão em sala de aula na prática trabalhando com os mais diversos tipos de adversidades encontradas (DE PAULA, 2019).

No curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, das disciplinas que, de certa forma, influenciam no desenvolvimento de materiais para o ensino direto a alunos que possuem alguma necessidade educacional especial, pode-se destacar a disciplina que diretamente é ligada ao ensino de surdos, libras sendo fundamental para a construção de uma sociedade mais acessível e integrada. Segundo o Decreto nº 5.626, de dezembro de 2005, a disciplina de Libras é obrigatória nos cursos de licenciatura fortalecendo a preparação de educadores para lidar com as necessidades educacionais inclusivas contribuindo para uma melhor comunicação (BRASIL, 2005).

Podemos citar também as disciplinas que fazem o discente desenvolver sua prática de maneira supervisionada que são os estágios obrigatórios. Segundo o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, nos cursos de licenciatura o que regulamenta as atividades dessa disciplina são as Políticas Nacionais, porém o colegiado do curso pode normatizar e supervisionar de maneira

individual. Os Estágios Supervisionados são responsáveis em realizar a integração dos componentes curriculares que são desenvolvidos na sala de aula, trazendo a teoria e a prática para o bom desenvolvimento do docente após o término da sua graduação (UFAL, 2019).

Logicamente o graduando não deve somente esperar pelo conhecimento teórico que será ofertado pelos professores nas mais diferentes disciplinas da grade curricular, mas ser um pesquisador ativo utilizando diferentes formas de aprendizagem que o auxiliem durante toda sua formação, contribuindo de maneira notável para o bom desempenho em sala de aula após conclusão do curso, por diversas vezes o professor mesmo após formado precisa se adaptar em sala de aula, pois são esses os desafios que serão enfrentados para que assim seu alunado adquira uma aprendizagem significativa relacionada aos assuntos lecionados (SILVEIRA, 2020).

Diante de todo contexto apresentado é importante afirmar que a educação inclusiva é obrigatoriedade no desenvolvimento de professores atuantes, que pensam principalmente na aprendizagem dos seus alunos através da produção de materiais pedagógicos que auxiliem na compreensão e assimilação, assim como facilitar o desenvolvimento dos conteúdos relacionados a disciplina que leciona. O Artigo 58, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, regulamenta que a Educação Especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o direito de inclusão no sistema educacional comum para alunos que possuem necessidades educacionais especiais (BRASIL, 1996).

A convivência nas salas de aula da universidade sobre tal assunto deve ser ressaltada, para que todos os licenciandos possam ter acesso a essa temática essencial no processo de formação, pensando nisso surgiu a seguinte problemática: Qual a maneira que a Educação Inclusiva é pensada e trabalhada no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas na Universidade Federal de Alagoas?

Para trazer proximidade da realidade vivenciada nas salas da universidade este trabalho foi desenvolvido através do relato de experiência de um licenciando da Universidade Federal de Alagoas, destrinchando as vivências, expectativas e aprendizagens sobre a educação inclusiva e o ensino de ciências e biologia. Tendo como objetivo geral relatar a experiência de como a educação inclusiva foi trabalhada nas disciplinas do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas na Universidade

Federal de Alagoas. Tendo como objetivos específicos descrever e analisar como o ensino de ciências e biologia tem sido desenvolvido com ênfase na educação inclusiva, retratando como as disciplinas no período de graduação desenvolveram seus conteúdos, mostrando aos alunos como trabalhar através da educação para alunos com necessidade educacional especial.

Desta feita, o Trabalho de Conclusão de Curso está organizado do seguinte modo, a fundamentação teórica apresentada nas seções: A importância da educação inclusiva no contexto atual, A educação inclusiva e a formação de professores, O ensino de ciências e biologia na atualidade, A educação inclusiva e o ensino de ciências e biologia e O relato de experiência como facilitador do conhecimento, a metodologia utilizada para realização do desenvolvimento do trabalho é a discussão como relato de experiência, seguido pelas considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO ATUAL

Segundo a Constituição Federal de 1988, todos possuem direito à educação, e neste pensamento é necessário afirmar que as pessoas com deficiência não estão longe desse conceito, ao contrário, se faz necessário modificar a maneira de ensino para alcançar e facilitar o acesso, seja a sala de aula, escola ou até mesmo o conteúdo abordado em cada disciplina apresentada que esteja no currículo escolar. A inclusão de alunos com necessidades especiais tem gerado discussões profundas pois é necessário realizar modificações nos currículos desde a base de formação dos profissionais de sala de aula, até os currículos escolares que são utilizados no cotidiano do alunado nas instituições de ensino básico (BRASIL, 1988).

A Educação Inclusiva pode ser pensada com um objetivo de garantir o acesso à educação de todas as pessoas, isso trata de igualdade, mais do que isso, a equidade para todos possibilitando diversas oportunidades e valorizando as diferenças entre os indivíduos humanos, essa educação vai além de pessoas com deficiência, mas retrata as diversidades étnicas, sociais, culturais, físicas, dentre outras (LANGE, 2022). Esse tipo de educação deve se preocupar em desenvolver uma pedagogia centrada no aluno e possibilitando a educação a todos, independentemente de qualquer condição que possa interferir em sua aprendizagem (BUENO, 2006).

Após o século 17, no Brasil, com o avanço da medicina, as pessoas que possuíam deficiência intelectual, principalmente, eram conglomeradas em hospitais psiquiátricos pois declara-se que existia uma problemática que apenas seria tratada ou trabalhada nesses locais em específico, dificuldades na aprendizagem, déficit de atenção entre outras problemáticas relacionadas a isso, eram taxados como problemas insolúveis diante da sociedade (PESSOTTI, 1984).

Após anos de discussão surgiu interesse na resolução ou auxílio nessas problemáticas, antes consideradas insolúveis, agora existia o propósito médico em realizar a escolarização dessas pessoas, principalmente crianças, para que pudessem ser realizados diversos estudos e testes de inteligência, coordenação motora entre

outros, para realizar assim a classificação de maneira assertiva no grau dessas necessidades intelectuais (GLAT; FERNANDES, 2005).

Pode-se afirmar que a educação inclusiva inicialmente, teve um interesse sobretudo para estudos médicos realizados para afirmar as classificações etiológicas das doenças apresentadas pelas crianças. Durante a década de 1950, começou-se a modificar o pensamento relacionado as crianças que estavam nessas instituições médicas de pesquisa e estudos, pois agora os pais associados em prol da equidade, cresciam cada vez mais no Brasil e entraram em conflito para viabilizar escolas que funcionassem integralmente, pensando no desenvolvimento intelectual de seus filhos (MASSIMI, 1987).

Por volta da década de 60, a Educação Inclusiva era desenvolvida de maneira segregada, onde os estudantes que possuíam necessidades educacionais especiais estavam alocados em instituições ou classes especiais (MAZZOTA, 2001). O desenvolvimento das instituições escolares que continham alunos com necessidades especiais educacionais, partiu do pressuposto que a pessoa com deficiência poderia perfeitamente desenvolver intelecto e obter uma aprendizagem significativa se lhes fosse apresentado as disciplinas de maneira específica, identificando as problemáticas que cada aluno possuía (GLAT; FERNANDES, 2005).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961, foi mencionado a necessidade de um atendimento educacional especializado, porém por ainda se tratar de um tema que era mais clínico, não detalhava a maneira correta de trabalhar com os alunos que possuíam uma necessidade educacional específica. Infelizmente por conta da limitação, o pensamento era o de ainda serem criadas instituições e salas específicas para o atendimento educacional especializado, não trazendo a necessidade de integração desses estudantes na sala de aula regular (BRASIL, 1961)

Com a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996 (LDBN - Lei n. 9394/96) houve mudanças significativas em como a educação pensaria com alunos que possuíam deficiências sejam intelectual ou física, pois em alguns capítulos a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional apresenta diversas normativas que viabilizam o acolhimento desses alunos nas instituições de ensino regulares, realizando uma revolução importantíssima na educação inclusiva que

passaria a ser utilizada de maneira geral em todas as modalidades de ensino (BRASIL, 1996).

Houve modificações diretas que promoveram pensamentos em avançar décadas que ficaram para trás, realizando a construção de instituições inclusivas que promovessem o atendimento a toda diversidade humana, isso aconteceu após o Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, que estabeleceu metas para os sistemas de ensino, favorecendo assim, o atendimento direto das mais diferentes necessidades que os estudantes pudessem apresentar, mostrando uma problemática muito forte, referente ao acesso dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas de ensino regular (BRASIL, 2001).

Através da modificação das Diretrizes Nacionais nas instituições de ensino sobre a necessidade de inclusão dos alunos que possuem necessidades educacionais especiais na educação básica é determinado na Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

Durante o final do século 20, foi institucionalizado a Educação Especial no formato de modalidade educacional, principalmente pela regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases. A partir da Organização das Nações Unidas (UNESCO) em 1990, onde foi realizado uma conferência mundial sobre educação para todos, estabeleceu-se que era necessário ter o objetivo de ofertar a educação de maneira adequada para toda população, independentemente dos níveis sociais, estabelecendo metas que pudessem suprir todas as necessidades básicas de educação em todos os níveis de ensino e para qualquer idade (UNESCO, 1990).

Anos após a implementação da educação para todos, em 1994, foi realizado em Salamanca um encontro importantíssimo para o desenvolvimento da educação inclusiva, pois o objetivo era o desenvolvimento de políticas e práticas que atendessem as necessidades da educação inclusiva de forma direta, assim como uma ampliação no conceito das Necessidades Educacionais Especiais (SALAMANCA, 1994). Para adequar-se à declaração mundial de educação para todos, foi optado pelo Brasil constituir mudanças no sistema educacional, através da criação da Lei de

Diretrizes e Bases (LDB), no ano de 1996, que determina conceitos mais diversos quanto ao significado da educação especial, tornando-a modalidade educacional escolar, assim como abrangendo as necessidades educacionais especiais que os educandos possam ser portadores (BASIL, Lei nº 9694, 1996).

Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (DNEE), implementadas no ano de 2021, trouxeram regulamentação de diversos artigos presentes na Lei de Diretrizes e Bases, inclusive normalização de proposições debatidas relacionadas a inclusão escolar. Nos anos subsequentes, houve ainda mais uma melhoria no desenvolvimento de ações que auxiliaram na educação inclusiva, através da implementação de programas que estabeleceram proporções extraordinárias para as políticas educacionais relacionadas a área da educação especial.

Esses programas estão representados pela implementação de salas de recursos multifuncionais que possibilitaram o atendimento educacional especializado para os mais diferentes alunos com necessidades educacionais especiais, programas de formação continuada para professores e gestores educacionais realizando transformações realísticas nos sistemas educacionais para inclusão, assim como foram pensados em programas que estabeleceram acesso de pessoas com deficiência nas instituições federais de ensino superior (GARCIA, MICHELS, 2011).

Mesmo diante de todos os avanços significativos, ainda existem diversas dificuldades para o desenvolvimento do sistema educacional exercendo a inclusão. Segundo Garcia (2006) foram definidos grupos particulares, pelas políticas brasileiras, que necessitam das políticas exclusivas para sua escolarização, por conta do termo Necessidades Educacionais Especiais, que para a autora, está relacionado aos alunos que possuem extrema dificuldade no acompanhamento do trabalho pedagógico da escola regular, evidenciando as diferenças individuais existentes entre os alunos. Trabalhando dessa maneira, não é realizada a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, mas sim, são excluídos por conta do sistema educacional brasileiro.

A Educação Inclusiva tem como objetivo promover uma interação entre professor e aluno, possibilitando maiores oportunidades de aprendizagem e socialização entre todos. Boff (2003, p. 30) destaca sobre a humanização que é desenvolvida quando existe uma comunhão/interação e paixão profunda entre os

interlocutores. Dessa forma o professor precisa estar diretamente ligado com sua turma e seus alunos, incluindo aqueles que necessitar de algum apoio mais específico, criando um vínculo de confiança em suas turmas.

Através das modificações que ocorreram, por conta da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, foi facilitado a entrada de crianças com necessidades educacionais especiais nas instituições escolares, trazendo à tona um questionamento relacionado ao ensino das crianças e adolescentes, qual seria a melhor maneira de incluir esses alunos em sala de aula, gerando uma excelente aprendizagem, isso levou a discussões por conta da complexidade sobre como seria desenvolvido o trabalho dos profissionais da área (BRASIL, 1996).

Por conta da emergência desses assuntos, no ano de 2015, a preocupação foi marcante para modificar ainda mais a disponibilidade do ensino aos alunos com necessidades educacionais especiais e dessa forma, incluir esses alunos nas instituições de ensino, portanto foram criadas políticas públicas diretas, que agora, tratavam de forma firme nos procedimentos que devem ser adotados nas escolas, para acolhimento e tratamento desses alunos, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, criminalizando as escolas que recusem ou cobrem valores adicionais no momento de matrícula desses estudantes em escolas regulares (BRASIL, 2015)

Segundo Jimenez (1997) a escola possui momentos para repensar sua maneira de trabalho e a Educação Inclusiva é o pontapé inicial para essa mudança de pensamento, fazendo com que seja encerrado a homogeneização das escolas e agora passe a possuir heterogeneização, oferecendo oportunidades a todos, sem nenhum tipo de discriminação ou preconceito.

A sociedade precisa se adaptar para realizar a inclusão em todos os seus sistemas de pessoas que possuam necessidades educacionais especiais e que, ao mesmo tempo, estão se preparando para assumir seu papel de cidadão em todas as vias legais. Portanto incluir vai além de adaptar o conteúdo para ser trabalhado em sala de aula, mas é trocar, entender, valorizar e quebrar paradigmas que a sociedade criou para essas pessoas, oferecendo autonomia para os alunos e assim possam decidir as ações nas diferentes circunstâncias da vida (SASSAKI, 2007).

2.2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A formação dos profissionais que atuam diretamente em sala de aula, é um assunto fortemente comentado na atualidade, pois preocupa quando está relacionado à Educação Inclusiva, tanto é a prova que está diretamente na mira das políticas públicas atuais que são discutidas no Brasil. No ano de 2007, foi instituído a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, essa, orienta as instituições de ensino que promovam formação de professores que atendam às necessidades educacionais especiais proporcionando o atendimento educacional especializado realizando a inclusão escolar (BRASIL, 2007, p.5).

A educação com um todo passou por diversas reformulações que foram implementadas no século XX e são corriqueiras até o dia de hoje, principalmente por conta da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 4.024/61) sendo ela ainda reformulada algumas vezes até ser substituída pela qual tem-se utilizado atualmente a LDB 9.394/96 (CERQUEIRA; SOUZA; MENDES, 2009).

Desde o ano de 1996 na instituição da Lei de Diretrizes e Bases, e foram excepcionais para os cursos de graduação, pois possibilitaram a discussão sobre a temática da educação inclusiva na formação dos profissionais de ensino, como afirma o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

Na perspectiva da Educação Inclusiva, a Resolução CNE/CP nº1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2007).

Durante a formação docente é necessária uma série de especificidades nas disciplinas que são estudadas, pois são trabalhadas com aprofundamento, para que, quando estiver trabalhando diretamente em sala de aula, haja a possibilidade de discussão com fundamentos dos conteúdos que estiverem sendo trabalhados em sala, porém cabe as universidades a organização de um currículo que seja abrangente, preparando o discente nas mais diferentes adversidades que ele possa encontrar em sala de aula com alunos que possuem necessidades educacionais específicas (PIMENTA E LIMA, 2008).

Mesmo com todas as modificações existentes para promover um ensino de qualidade nas universidades, possibilitando ao futuro professor as vivências específicas com alunos que possuem algum tipo de deficiência, as pesquisas apontam falhas na formação desses docentes. Segundo Vitaliano (2007), foi identificado despreparo dos professores e que dessa forma o processo de ensino-aprendizagem poderia ser seriamente afetado dificultando o mesmo. Através de pesquisas e entrevistas com professores recém-formados, a autora concluiu que aqueles finalistas de seus cursos em licenciatura não o concluíam com preparo suficiente para ministrar suas aulas para alunos com necessidades educacionais especiais, ou até mesmo acompanhar práticas pedagógicas relacionadas a temática em sua sala de aula.

De certo modo pode-se afirmar que é necessária uma reformulação nos currículos dos cursos de formação de professores, para que possam levar os fundamentos da educação inclusiva para sala de aula das instituições de nível superior e assim propiciar ao docentes a capacidade de considerar as diferenças e dificuldades de aprendizagem apresentadas pelo seu alunado, portanto deve-se entender que os currículos desses cursos precisam estar configurados de modo que permitam discussões, reflexões e aprendizados sobre a diversidade dos alunos (BRASIL, 2001).

É importante ressaltar que as universidades possuem deveres, A resolução CNE/CP 02/15 (BRASIL, 2015), define que:

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (BRASIL, 2015, p.11, grifo nosso).

Assim as universidades podem organizar os currículos dos cursos no qual oferta de maneira direta, visando cumprir a legislação, mas pensando na educação inclusiva. É necessário reconhecer de que forma esse conteúdo tão importante está sendo vivenciado dentro das universidades, pois é fundamental lembrar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 59º garante que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: [...] III - professores com especialização adequada em nível médio

ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996).

Glat e Pletsch (2010) destacam a importância da universidade na formação de profissionais habilitados que possam atuar na rede de ensino da educação básica, dessa forma as autoras acreditam que as universidades formam recursos humanos excelentes quando relacionado a formação de professores, também comentam as falhas existente nas habilitações e disciplinas voltadas para as áreas que atuem diretamente sobre a educação para alunos com necessidades educacionais especiais.

Destaca-se que as flexibilizações e organizações curriculares existentes nas universidades, não devem ser pensadas como maneiras exclusivas de facilitar a aprendizagem desses alunos, através de pinturas, desenhos ou rabiscos aleatórios que muitas vezes são realizados em sala de aula, enquanto os outros alunos estão realizando resoluções de problemas ou estudando sobre o funcionamento dos seres vivos, deve-se mostrar aos professores que é necessário realizar uma adaptação do conteúdo a ser ministrando, modificando a complexidade do mesmo e trazendo uma aprendizagem significativa para os alunos com necessidades educacionais especiais (MIRANDA; FILHO, 2012).

2.3 A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA NA ATUALIDADE

O Ensino de Ciências e Biologia é fundamental no processo de formação dos indivíduos, trazendo uma compreensão de todos os processos biológicos naturais que acontecem no mundo. Segundo Gil (2007), o Ensino de Ciências deve promover a construção do conhecimento de forma que o aluno se torne ativo na sua aprendizagem, desenvolvendo habilidades de investigação.

Desenvolver a criticidade é extremamente importante para os educandos, pois dessa forma podem apontar falhas num sistema superior existente, assim como planejar resoluções ativas das problemáticas enfrentadas no cotidiano. É necessário que o Ensino de Ciências produza resultados pertinentes no que se refere as tomadas de decisões na vida desses estudantes. Na atualidade, existe a resistência sobre o desenvolvimento da ciência, seja dentro ou fora da sala de aula, afirmando que a sociedade é participante nesse desenvolvimento (SILVA, 2002). Por conta dessa temática questionamentos tem surgido sobre a preparação dos professores de ciências e biologia, quando lidam com temáticas que gerem diversas discussões em sala de aula.

O Ensino de Ciências passou por diversas modificações, por conta de projetos e teorias, principalmente em meados da década de setenta, onde a corrida tecnológica influenciou diretamente no desenvolvimento das disciplinas e do seu currículo (KRASILCHIK, 1992). A globalização foi extremamente importante para o desenvolvimento da ciência, para que ela alcançasse um grande espaço no contexto social, pois ela poderia proporcionar práticas que atendessem às demandas do contexto histórico vivido.

O Ensino de Biologia no Ensino Médio sofreu inúmeras modificações durante as décadas de 1950 a 1990, pois inicialmente eram trabalhados os grupos de organismos de maneiras separadas, explanando durante as aulas as relações filogenéticas existentes, com isso as aulas eram contínuas se dividindo entre teoria e prática sobre aqueles determinados conteúdos. Após alguns anos de avanço, a tecnologia adentrou nas instituições de ensino tornando-se fundamental no ensino de ciências, recebendo notoriedade no desenvolvimento da sociedade (KRASILCHIK, 2000). A partir da década de 1990 as propostas curriculares referentes ao Ensino de Ciências e Biologia passaram a sofrer muitas modificações trazendo em suas

propostas desempenhar nos alunos um pensamento mais científico (FROTA PESSOA et al, 1987).

Através da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas instituições escolares, foi tentado ao máximo trabalhar a equidade no Brasil e dessa forma proporcionar aos alunos nos mais diferentes estados brasileiros o mesmo conteúdo, porém com as especificidades de cada um dos estados. É importantíssimo para os professores em sala de aula modificarem os conteúdos curriculares, não retirando, mas reorganizando os assuntos, exemplificando com os materiais existentes em cada uma das regiões, aproximando os alunos da realidade vivenciada no cotidiano fora da sala de aula, e assim os estudantes aprimorem o conhecimento científico através da realização de experiências únicas, desenvolvendo a criticidade, durante o processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos (BRASIL, 2017).

Tal reformulação foi ótima do ponto de vista sobre modificações no Ensino de Ciências e Biologia, para que pudesse ser eficaz, pois segundo Carvalho (2015) O Ensino de Ciências no Ensino Fundamental tem se mostrado pouco eficaz no que diz respeito ao desenvolvimento de habilidades que levem os alunos a se questionarem sobre os fenômenos ocorridos na natureza. É importante que os alunos conheçam os principais produtos da ciência e compreendam os métodos que são utilizados em ciências e como ela age de maneira transformadora na nossa sociedade.

Tratando ainda da Base Nacional Comum Curricular, relacionado ao Ensino de Ciências da Natureza, campo no qual abrange em todo documento que institui o Ensino da Educação desde os anos iniciais até o Ensino Médio, ela informa a necessidade em promover o ensino de ciências na necessidade existente ao aluno, o auxiliando a conscientemente discernir o que pode realmente ou não contribuir para o seu desenvolvimento no cotidiano, da mesma forma como definir integralmente a formação do ser humano agindo na sociedade de maneira ética, política e social, ressaltando essa informação a Base diz que:

Para debater e tomar posição sobre alimentos, medicamentos, combustíveis, transportes, comunicações, contracepção, saneamento e manutenção da vida na terra, entre muitos outros temas, são imprescindíveis tanto conhecimentos éticos, políticos e culturais quanto científicos. Isso por si só já justifica, na educação formal, a presença da área de Ciências da Natureza, e de seu compromisso com a formação integral do aluno (BRASIL, 2017, p.319).

As aulas apresentadas aos alunos devem tratar de maneira direta com seu planejamento trazendo as questões problemáticas do cotidiano, propondo problemas do qual o aluno necessite utilizar conhecimentos científicos para sua resolução através de hipóteses, representações, análises, a fim de efetivar intervenções específicas diante dos questionamentos que foram levantados. Portanto é dever do professor preparar todas as suas aulas de maneira que possa instigar o conhecimento científico do aluno, tornando-o protagonista no processo de ensino e aprendizagem (FREIRE, 1996).

A Base Nacional Comum Curricular, traz em destaque diversas problemáticas em que podem ser relacionadas ao Ensino de Ciências e possam proporcionar aos educandos atividades voltadas para a resolução de problemas, comunicação e planejamento, tais como realizar atividades fora de sala de aula, conhecidas como aula de campo, propiciando aos alunos experimentações, observações, leituras, utilização de ferramentas digitais para resolução de problemas, desenvolvimento de ações que tratem da melhoria de vida tanto individual como coletiva, assim como outras situações de aprendizagem (BRASIL, 2017, P.321).

O Ensino de Ciências e Biologia precisa ser diferenciado dos demais componentes curriculares oferecidos nas instituições escolares, utilizando métodos alternativos em sala de aula para que possa facilitar a aprendizagem dos alunos através de práticas ativas, fazendo o saber ser buscado pelos estudantes. O professor necessita despertar a curiosidade do aluno, para que o desejo de aprendizagem seja elevado, trazendo a concretização do conhecimento. O ensino dessas disciplinas na atualidade deve estar comprometido com as questões sociais, políticas e econômicas, interligando, a ciência, tecnologia e sociedade como um todo (LORENZETTI; DELIZOICOV, 2001 pág. 95).

Ao lecionar disciplinas isoladas como Ciências e Biologia, é necessário buscar o interesse ao máximo dos alunos, para que a aprendizagem realmente possa valer a pena, através de inovações, sejam nas próprias salas de aula, ou externamente a ela, com aulas práticas, utilização de tecnologias inovadoras para a aprendizagem de ciências e biologia, visando a melhor compreensão dos conteúdos ofertados (BASSOLI, 2014).

Atualmente, ao falar em assuntos de Ciências e de Biologia, as informações são dadas de maneira sem que haja o processamento das informações por parte dos alunos. A maioria das vezes a linguagem utilizada é tecnicista e não contempla aquilo que o aluno está vivenciando. Portanto, esses vários conceitos e a diversidade de definições levam o estudante a ter um certo desinteresse a respeito dos temas. Isso acontece porque os alunos não estão acostumados a buscar, pensar, interpretar questões, ele simplesmente aceita sem questionar aquilo que lhe foi passado. Esse modelo de ensino corresponde a escola tradicional em que o conhecimento é passado ao aluno sem se preocupar com a aprendizagem (DEMO, 2002).

Portanto, deve-se modificar o pensamento em como ocorre o desenvolvimento dos componentes curriculares ciências e biologia, para que a aprendizagem do aluno seja concretizada e não simplesmente passada sem finalidade e assim ocorra uma aprendizagem significativa de acordo com cada conteúdo explanado em sala de aula, através de diferentes metodologias que possam ser utilizadas em sala de aula pelos professores proporcionando caminhos de aprendizagem significativa aos estudantes, levando-os ao pensamento científico e crítico para resolução de problemas (DIAZ, 2015).

2.4 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA

O Ensino de Ciências e Biologia para alunos com deficiência é um grande desafio, pois existem barreiras e dificuldades que podem interferir diretamente no desenvolvimento dos alunos em sala de aula. Planejamento, engajamento, afinidade, todas essas propostas podem e devem ser utilizadas para um bom desenvolvimento de um profissional que leciona essas disciplinas. A complexidade da área, dos fenômenos, dos conteúdos causa ainda mais um intrigante pensamento em como desenvolver uma aprendizagem significativa nesses alunos e gerar ainda uma inclusão em sala de aula com os demais (BATISTA, 2020).

Em relação ao Ensino de Ciências, existem problemas característicos e contínuos, tais como a dificuldade da transposição da linguagem científica e o excesso de conteúdos. Porém a maior dificuldade encontrada para lecionar ciências na sala de aula inclusiva é a falta de compreensão sobre a natureza do conhecimento científico e como passar esse conhecimento para os alunos gerando inclusão entre todos (BENITE, et al., 2008 e 2009; PROCÓPIO et al., 2010).

Sobre a organização curricular das instituições de ensino, volta-se ao ponto de que, é necessário realizar flexibilizações dos conteúdos curriculares, de modo que na sala de aula regular sejam atendidos alunos com deficiência, compreendendo os conteúdos da mesma forma que um aluno sem nenhuma Necessidade Educacional Especial, proporcionando aos estudantes o ensino de maneira prática e instrumentalista e nos momentos em que estiverem inseridos nas salas de aula de Atendimento Educacional Especializado, possam interagir com sua vida cotidiana, possuindo autonomia suficiente para resolução de problemas, mesmo que mínimos, de maneira individualizada (GARCIA, 2006).

Para Garcia (2006) a necessidade de flexibilização de currículos é evidente, de modo que os conteúdos programados para o desenvolvimento de alunos com deficiência deve ser reduzido significativamente, respeitando as Necessidades Educacionais Especiais de cada aluno. Portanto não deve-se excluir conteúdos básicos do currículo pelo simples fato do não acompanhamento pedagógico, mas deve ser pensado exatamente nos melhores assuntos a serem abordados proporcionando vivências diversificadas no Ensino de Ciências.

Para Saviani (2011), existem Políticas de Educação Especial no Brasil, que realmente realizam propostas de flexibilização de conteúdos, porém para os alunos com deficiência trata-se de conteúdos vazios historicamente, sem acúmulo algum. Portanto ao não acontecer a democratização deste saber acumulado, no qual é produzido pelo próprio homem, a escola não desenvolve o seu papel perfeitamente, pois ao observar em uma perspectiva crítica, não estará realizando a sua função fundamental que é proporcionar aos indivíduos com deficiência a humanização.

Segundo Ovigli e Bertucci (2009) O Ensino de Ciências é muito importante pois vai promover a alfabetização científica e assim o aluno poderá realizar leituras a sua volta a partir do conhecimento das Ciências. Esse conhecimento é importante para todos os alunos inclusive os que possuem alguma deficiência, seja ela qual for, porém pode-se observar que os docentes estão despreparados para trabalhar os conteúdos de sua área no ambiente escolar.

É necessário reconhecer que a universidade tem um papel extremamente importante no desenvolvimento de profissionais que atuem diretamente com esses alunos que possuem algum tipo de necessidade educacional especial. As universidades possuem um papel majoritário no sentido de aconselhamento no processo de desenvolvimento da educação especial, especialmente no que diz respeito à pesquisa, avaliação, preparação de formadores de professores e desenvolvimento de programas e materiais de treinamento (SALAMANCA, 1994). Deve-se compreender que vivenciar, enquanto educador, práticas que proporcionem um aprofundamento em trabalhos pedagógicos diferenciados, é extremamente importante para trabalhar com alunos que possuem alguma deficiência.

2.5 O RELATO DE EXPERIÊNCIA COMO FACILITADOR DO CONHECIMENTO

São diversas metodologias eficazes no momento de apresentação de conhecimentos através da escrita, discussão e explanação de conteúdos, pode-se afirmar que o relato de experiência é extremamente importante pois também traz uma divulgação do conhecimento científico através de um ponto de vista exclusivo do narrador, juntamente com uma estruturação seguindo normas acadêmicas de formatação de trabalhos. Não necessariamente trata-se de uma pesquisa com as mais diversas complexidades que possam conter em muitos outros trabalhos acadêmicos, mas registra as experiências vivenciadas pelo autor, de maneira a trazer a expectativa e realidade de determinada experiência (LUDKE; CRUZ, 2010).

O Relato de Experiência torna-se uma expressão na escrita de vivências, contribuindo para a produção de conhecimentos nas temáticas mais diferenciadas existentes, pois ele trata da discussão do conhecimento. Esse conhecimento é interligado na escolarização trazendo aprendizagens das experiências socioculturais, realizando a escrita de maneira objetiva, atingindo as normas de escrita revela-se uma possibilidade extraordinária de aceitação e compreensão da sociedade sobre o tema discutido, tendo como finalidade a formação dos sujeitos na sociedade (CÓRDULA; NASCIMENTO, 2018).

O conhecimento é composto por quatro principais pilares: popular, religioso, filosófico e científico. Cada pilar tem sua originalidade, o conhecimento popular nasce por meio das muitas interações na educação informal, as pessoas que fazem parte da comunidade de diferentes gerações, tem papel fundamental nesse tipo de conhecimento, pois é através das experiências pessoais que ele é construído. Já o conhecimento religioso, tem fundamentação na teologia, com aprofundamento nas doutrinas e temáticas sagradas, dificultando a verificação de sua realidade, outra que também não permite ser verificável é o conhecimento filosófico, pois vem da compreensão da realidade de forma racional e sistemática do pensamento. Por fim o conhecimento científico é totalmente diferente dos demais por tratar-se de um conhecimento com metodologias que são comprovadas através de estudos e na maioria das vezes verificados tentando torná-lo mais próximo da realidade possível, é inúmeras vezes utilizado para o desenvolvimento de trabalhos. (CHAUI, 2014)

Alguns autores tratam da importância do relato de experiência pois traz à tona a experiência que antes mesmo da captação pelo pensamento já é vivenciada e apreendida pela reflexão, pois seus componentes trazem uma caracterização específica (BRETON; ALVES, 2021). Logo é a experiência que fomenta o poder de conhecer (MENEZES, 2021, p.10). Apesar da importância da experiência, ela precisa ser autoral, ou seja, vivenciada diretamente pela pessoa para que tenha um atingimento direto no ser que relata, desta feita não se pode aprender pela experiência vivenciada pelo outro, a não ser que seja revivida tornando-se uma própria experiência (CAPZZOLO et al, 2013).

Baseando-se nisso Geertz (2004) afirma a necessidade de identificação, distinção e agregação crítico-reflexiva entre as experiências que estão próximas do indivíduo e as que estão distantes dele. Então há uma finalidade na constituição do relato de experiência no contexto acadêmico, é descrever as experiências vivenciadas que são próximas e valorizá-las através da utilização do conhecimento científico, realizando diferentes explicações com criticidade, mas também refletindo através da teoria sobre o conteúdo abordado.

Ressaltando as áreas que utilizam o relato de experiência, geralmente são encontrados estudos na área da educação, utilizando principalmente para a discussão sobre ensino e aprendizagem, métodos e técnicas de ensino, avaliação de aprendizagem e currículo, propostas educativas, dentre algumas outras temáticas importantíssimas para o desenvolvimento na área da educação e ensino (DIAS, THERRIEN; FARIAS, 2017).

O relato de experiência faz parte dos mais diferentes estudos publicados por docentes e discentes nas Instituições de Ensino Superior, relacionado a área de ensino, pesquisa e extensão, principalmente em relação aos componentes curriculares, pois existem disciplinas que representam momentos importantíssimos para a formação acadêmica, profissional e humana (FLORES et al, 2009), além dessas questões o relato de experiência pode auxiliar na compreensão de assuntos específicos como utilização de materiais didáticos voltados para uma determinada parcela da população (PAIVA; MATOS, 2019).

Tratando ainda das instituições de ensino superior o relato de experiência pode ser oriundo da educação formal através da participação de distintos programas

educacionais, mostrando-se eficiente no processo de aprendizagem e também na discussão de conteúdos para levar a um excelente trabalho acadêmico, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID (ABREU; NÓBREGA; THIERRIEN, 2021) e a Residência Pedagógica (SOUZABARROSO, 2019), e também auxilia no ensino superior através da educação não formal, como por exemplo a educação especial nas instituições (HENDGES, 2019).

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este é um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência. Baseia-se na vivência do licenciando do curso de Ciências Biológicas - Licenciatura na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) através da discussão do cotidiano nas disciplinas que fizeram parte da graduação do estudante, demonstrando como foi tratado a Educação Inclusiva durante todo o processo formativo, quais as disciplinas que desenvolveram tal conteúdo, ou quais foram as experiências do estudante durante a vivência nos estágios, dentre outras atividades desenvolvidas na Universidade.

O Relato de Experiência tem como objetivo compartilhar as vivências práticas e ações realizadas em contextos educativos, ele pode ser utilizado em diversas áreas de conhecimento e trazem falas que demonstram a realidade vivida. Precisa-se demonstrar o contexto em que aconteceu, descrevendo o ambiente, os participantes e as atividades que foram desenvolvidas, auxiliando o leitor a compreender as situações que aconteceram durante aquela experiência (FREITAS, 2015).

As contribuições do Relato de Experiência têm relevância pois podem incluir sugestões para futuras intervenções, sendo relacionado as práticas pedagógicas, ao desenvolvimento das disciplinas dentro da universidade, e contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas relacionadas ao tema desenvolvido (NUNES, 2016).

O Relato de Experiência será desenvolvido baseando-se nos referenciais teóricos citados mais acima, realizando uma explanação trazendo o mais próximo da vivência que ocorreu nos anos de graduação das disciplinas obrigatórias do curso, o relato será diretamente envolvido com os conteúdos trabalhados e não observando a ementa dos cursos, pois é importante demonstrar a realidade de sala de aula e aquilo que foi apresentado pelos docentes durante a formação. Vale ressaltar que existem vivências externas proporcionadas por disciplinas como estágio e uma disciplina específica sobre a Educação Inclusiva de surdos, que é Libras.

4 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA NA FORMAÇÃO DOCENTE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

A Educação Inclusiva tem relação direta para o ensinamento dos mais diversos conteúdos em sala de aula, através de desafios enfrentados na atualidade emerge a necessidade de modificar metodologia de aprendizagem, para alcançar a maior porcentagem da turma na qual leciona. O profissional de ensino, professor, precisa estar com os conhecimentos intelectuais cada vez mais atualizados para assim proporcionar aos alunos diferentes maneiras de vivenciar o conhecimento científico, através da experimentação em sala de aula, ou até mesmo fora.

Este trabalho percorrerá todo o processo de graduação do estudante trazendo algumas metodologias que foram utilizadas em sala de aula por professores, trabalhos que foram realizados externamente a universidade, entre outras atividades desenvolvidas até o fim das disciplinas obrigatórias que fazem parte do currículo organizacional do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas - PPC vigente durante a graduação foi o desenvolvido no ano de 2005, tendo sua aplicação no ano seguinte. No ano 2000 o Ministério da Educação, levou propostas ao Conselho Nacional de Educação sobre Diretrizes para a formação de professores da educação básica, tendo isso como referencial alguns anos depois foi mostrada a necessidade de modificar alguns cursos de Licenciatura para aproximar os discentes da realidade na época (BRASIL, 2000).

O Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, traz em seu PPC (2005) uma organização estrutural com disciplinas de seis eixos temáticos, sendo eles: Biologia Celular e Molecular e Evolução, Diversidade Biológica e Ecologia, Fundamentos das Ciências Exatas e da Terra, Fundamentos Filosóficos e Sociais, Conteúdos Curriculares da Educação Básica, A Escola e o Trabalho Pedagógico e a Prática Docente Orientada (UFAL, 2005).

Ao realizar a leitura do PPC é possível notar que não há diretamente nenhum dos eixos temáticos que se relacionem a Educação Inclusiva, mas de maneira indireta no eixo de Conteúdos curriculares da Educação Básica traz a necessidade de revisar de maneira crítica e aprofundada as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Parâmetros

Curriculares Nacionais, mas apenas ler e revisar não trazem a proximidade necessária para o desenvolvimento do trabalho do professor de ciências e Biologia, são necessárias vivências práticas e maior profundidade nas disciplinas do curso.

É proporcionado aos estudantes que realizam a escolha do curso em licenciatura a vivência em três classes de disciplinas, no qual o trabalho está dividido nessa parte de discussão para uma melhor compreensão dos leitores e facilidade na organização estrutural, as disciplinas voltadas a área específica do curso escolhido, onde existe a passagem do conteúdo de maneira aprofundada para que o estudante reconheça a parte teórica, como exemplo podemos trazer a disciplina de Biologia Celular e Molecular, vivenciada no início da graduação, que traz assuntos específicos sobre o funcionamento das células, reprodução celular assim como a interação das moléculas entre outros conteúdos específicos.

As disciplinas que retratam os conhecimentos educacionais e auxiliam na formação do pensamento de professor, auxiliando na criticidade, assim como informando sobre as políticas públicas que norteiam a educação em todas as suas modalidades de ensino, como exemplo podemos citar a disciplina de Profissão Docente, que traz fundamentos teóricos que instigam ao universitário a busca pelos fundadores da iniciação educacional, autores renomados que institucionalizaram informações importantíssimas através de experimentos realizados trazendo resoluções fundamentadas para discussão em sala de aula.

Por fim existem as disciplinas da classe prática no estudo da licenciatura, não que as demais disciplinas estejam deslocadas dessa classe, pois praticamente todas as matérias que compõem a grade curricular do curso de Ciências Biológicas Licenciatura tem algum relacionamento prático para ser desenvolvido, mas existem especificidades em algumas disciplinas que as fundamentam como disciplinas práticas, como é o caso dos Estágios Obrigatórios, vivenciados pelo estudante do meio para o fim de sua graduação que proporcionam de forma prática e direta vivências em sala de aula, seja observação, ou regência supervisionada.

4.1 Vivências durante as disciplinas de conhecimentos específicos do curso de licenciatura em ciências biológicas

Inicialmente será discutido sobre a vivência do estudante na universidade nas disciplinas que são consideradas de conhecimento teórico para o desenvolvimento curricular específico do curso de Ciências Biológicas, será realizado um apanhado geral sobre essas experiências, pois facilitando a compressão o trabalho se torna mais objetivo.

As disciplinas consideradas específicas trazem uma base científica firme para que o professor possa desenvolver de maneira aprofundada o conteúdo em sala de aula. Segundo Pavanelo e Carvalho (2010) essas disciplinas são essenciais para construir o embasamento teórico e prático necessário para que o futuro professor desenvolva bem o seu trabalho.

Essas disciplinas, como genética e ecologia precisam ser ensinadas para incentivar a reflexão sobre o papel social da biologia e as implicações possíveis de maneira ética e ambiental. Isso irá ajudar na preparação dos professores para que os seus alunos sejam críticos, porém tendo consciência das questões ambientais (MORAN, 2015).

O estudante ao adentrar a universidade, cria diversas expectativas quando relacionadas aos estudos que serão desenvolvidos nos anos de sua graduação, e as disciplinas específicas estudadas causam dores de cabeça, pois é necessário dedicação e empenho ao máximo para obtenção das habilidades necessárias que geram a conclusão daquele período. Essas disciplinas possuem uma fundamentação teórica extremamente profunda que abrange os conhecimentos específicos que formam a base do ensino, no qual o graduando estará habilitado.

É válido discutir sobre como essas disciplinas tem auxiliado na construção de conhecimentos de forma que possam ser passadas aos estudantes como um todo, esse é um questionamento realizado para todas as disciplinas teóricas da universidade, como os licenciandos estão sendo preparados para o desenvolvimento do ensino em sala de aula, uma temática que precisa ser trabalhada na universidade desde o início é que os estudantes de Ciências Biológicas Licenciatura a partir do momento que realizam sua matrícula no curso devem estar cientes que estarão sendo

preparados para tornarem-se professores habilitados a atuarem no ensino fundamental anos finais e ensino médio.

Essa dúvida gerada no início da graduação pode atrapalhar a vivência direta com experiências que proporcionarão aos estudantes vivências encorajadoras sobre a sua área de atuação, pois ao invés de montar todo seu plano de graduação pensando na utilização das disciplinas auxiliando-os na atuação em sala de aula quando concluírem o curso de graduação, muitas vezes a dedicação é apenas as áreas de conhecimento específicos que irão levar a um conhecimento mais aprofundado na área de ciências da natureza, enquanto o conhecimento na área educacional fica a desejar pois falta o empenho para essas disciplinas.

Cabe aos professores que estão desenvolvendo a formação do discente informa-los todos os detalhes de sua formação, também é necessário que os professores estejam cientes que estão em um curso de formação de profissionais que atuarão diretamente no ensino, e os conteúdos trabalhados em suas matérias necessitam estar de acordo com as necessidades que os estudantes enfrentam no cotidiano, portanto os professores das Instituições de Ensino Superior, devem organizar sua grade curricular cumprindo todas as exigências contidas em documentos que regem a modalidade de ensino superior, mas durante suas aulas precisam viabilizar o acesso de seus estudantes ao conhecimento que utilização em sala de aula, assim como é necessário que os alunos sejam pesquisadores durante o seu processo de formação docente.

Os estudantes devem ser influenciados a trabalharem os conteúdos das disciplinas de forma facilitada, não diminuindo a questão do conhecimento científico, mas sim viabilizando o ensino-aprendizagem da sua turma no futuro e assim todos os estudantes tenham acesso à educação plena, de forma que seja gerado a equidade nas instituições escolares onde cada um dos formandos atuarão após conclusão da graduação.

A discussão levantada está referida sobre como a Educação Inclusiva é inserida nas vivências das disciplinas de conhecimentos específicos, e pode-se informar que dificilmente a educação inclusiva foi trabalhada nas salas de aula da universidade nas disciplinas de conhecimentos específicos, falando em termos gerais, nessas disciplinas dificilmente foi trabalhado pelos professores da universidade, em

como passar para os seus futuros estudantes os conhecimentos de forma clara e objetiva, então tendo isso como base pode-se reconhecer que para a educação inclusiva não houve nenhuma forma de discussão em sala sobre a temática.

É importante ressaltar que algumas disciplinas de conhecimento específico trataram da educação para alunos com necessidades educacionais especiais de forma a complementação do desenvolvimento dos conteúdos presentes, podemos discutir sobre a disciplina de Genética Geral, que trouxe em diversas vezes problemáticas relacionadas a doenças nos cromossomos que podem causar dificuldade na aprendizagem dos alunos, mas a intenção da disciplina era discutir sobre a funcionalidade do cromossomo nos seres humanos e não como isso influenciaria diretamente na passagem de conteúdos dos futuros professores aos seus alunos.

Também houve uma breve explanação na disciplina de Temas Atuais em Biologia e Saúde Humana, onde foram trabalhadas temáticas gerais sobre saúde humana, e mesmo com a educação inclusiva emergindo e tornando-se extremamente importante na atualidade não houve uma discussão aprofundada sobre este tema, que poderia muito bem ser melhor aproveitado gerando discussões importantíssimas para a formação do professor. Portanto, na disciplina citada foi trabalhado a temática da educação em geral, trabalhando algumas especificidades como dificuldade na aprendizagem de alunos de forma geral e não trabalhando possibilidades de gerar uma educação inclusiva.

Para conhecimentos específicos do ensino de ciências é biologia, as disciplinas trazem temas extraordinários que auxiliam o estudante durante sua graduação a compreender de forma aprofundada os ensinamentos da Biologia, mas é preciso estar consciente das problemáticas que serão enfrentadas, geralmente os alunos da graduação tem como espelho os formadores que estão naquele momento de sua vida e isso faz com que o papel de professor de universidade seja completamente abrilhantado se o que for feito estiver sendo realizado com dedicação e empenho, assim é necessário também para a universidade disponibilizar momentos de formação relacionados a área para que haja vivências também dos professores já formados que atuam nas salas de aula da universidade.

Por fim, não se pode dizer que o conhecimento não pode ser adquirido na universidade, o conhecimento relacionado à Educação Inclusiva, mas ao contrário ela é uma escola que pode levar os licenciandos a vivenciar experiências incríveis durante o processo de graduação, cabe aos estudantes buscarem alternativas que possibilitem essas experiências, e aos profissionais que estão desenvolvendo esse conhecimento nos estudantes modificarem suas aulas proporcionando situações que possam passar aos alunos maneiras diversificadas de trabalharem em sala de aula após o fim de sua graduação.

4.2 Vivências durante as disciplinas de conhecimentos educacionais do curso de licenciatura em ciências biológicas

As disciplinas de conhecimentos educacionais são importantes para o desenvolvimento dos futuros professores, até pelo fato de que estão desenvolvendo sua graduação para que sejam formados e habilitados para lecionar a disciplina de ciências e biologia, no ensino fundamental e médio respectivamente. Nesta subseção será discutido inteiramente sobre essas disciplinas educacionais que auxiliam na formação do professor, inclusive trazem a discussão sobre políticas públicas que norteiam a educação no Brasil.

Todas as disciplinas auxiliam o professor a desenvolver o seu trabalho de maneira eficaz em sala de aula, mas as disciplinas educacionais ajudam na conexão das teorias pedagógicas com a prática docente, sendo um pilar no enfrentamento dos desafios escolares vivenciados diariamente (GATTI, 2014).

Libâneo (2004) recomenda que as disciplinas educacionais abordem os aspectos éticos e críticos da profissão docente, trazendo um incentivo para que os estudantes reflitam sobre os papéis sociais para a formação de cidadãos. Ele defende que os professores de ciências e biologia tenham uma visão crítica que vá além do conteúdo estimulando a participação ativa dos estudantes.

Todas as disciplinas são um conjunto que estão interligadas e tornam o curso de graduação completo, para que o professor possa enfrentar algumas dificuldades apresentadas em sua sala de aula, mas as disciplinas que tratam da educação são

primordiais para que o licenciando possa compreender os seus trabalhos e como ele tem a legalização para sua atuação com propriedade.

São muitas as disciplinas que tratam a educação, mas a temática principal a ser desenvolvida é a questão da Educação Inclusiva, que precisa ser trabalhada ativamente nas instituições, pois nas salas de aula muitas são as problemáticas enfrentadas para repassar o conhecimento adquirido na universidade, deveria ser obrigatório passar por todas as disciplinas esse tipo de educação em específico, mas identifica-se algumas problemáticas que serão relatadas neste trabalho.

O estudante deveria inicialmente já vivenciar questões que envolvem a Educação Inclusiva, mas não é o que acontece, nem no início e infelizmente não acontece com tanta veemência no final do curso, e para iniciar a graduação o estudante tem contato com as políticas que organizam a educação no Brasil, porém durante minha graduação a disciplina não era ofertada pelo Instituto de Ciências Biológicas, e foi ofertada pelo Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, o que dificultou a proximidade com o professor que lecionou a disciplina, em termos gerais não houve um bom aproveitamento da disciplina porque as aulas não eram frequentes, sempre haviam problemáticas que impossibilitavam a chegada do professor em sala de aula, onde para reposição aconteciam atividades a distância, como leitura e resumo de textos, apresentação de vídeos voltados a temática políticas públicas entre outras atividades que não possibilitaram o acesso completo e com detalhes aos conhecimentos relacionados a educação, para que houvesse uma boa compreensão foram feitos estudos adicionais em plataformas, e assim possuir conhecimentos sobre a organização daquilo que norteia a educação.

Era esperado que nessa disciplina pudessem ser compreendidos como as políticas atuam para a educação inclusiva, quais as obrigações de cada instituição e assim aprofundar os conhecimentos, tendo bases legais para discussão sobre a temática, trazendo conhecimento teórico específico sobre a área. O que pode-se dizer é reafirmar que não é apenas obrigatoriedade dos professores, mas os estudantes devem estudar externamente a isso para obter um conhecimento mais aprofundado sobre o tema a ser desenvolvido ou aprendido.

Uma outra disciplina educacional que pode ser comentada é a de Desenvolvimento e Aprendizagem, que além de trazer metodologias que foram

desenvolvidas por diversos pensadores, que através de experimentos realizados conseguiram provar a veracidade de seus pensamentos e consequentes estudos. Essa disciplina trata além de conteúdos como se desenvolve a aprendizagem no cérebro humano, também como acontece a aprendizagem segundo alguns pensadores.

Tratando desse conteúdo a disciplina poderia relacionar, através de preparo no desenvolvimento das aulas, formas diferenciadas de aprendizagem para alunos que possuem Necessidades Educacionais Especiais, demonstrando com detalhes quais as formas que esses alunos utilizam para melhor aprendizagem dos conteúdos científicos, através de exemplos e pesquisas que são de cunho importantíssimo para o desenvolver do professor em formação, também poderia dar exemplos de como minimizar essas dificuldades através das metodologias estudadas e já concretizadas, tendo em vista que o professor que estiver lecionando a disciplina tem o conhecimento específico necessário para discutir o conteúdo, então tendo esse pensamento há um pouco de dificuldade no desenvolver da disciplina, pois foram muitos textos sobre os pensamentos da aprendizagem mas nenhum texto sobre a Educação Inclusiva como realizar para ter um bom desenvolvimento e uma aprendizagem significativa.

Também podemos discutir sobre a disciplina de Didática do Ensino de Biologia 1 e 2, que em seu pensamento principal estão os questionamentos referentes ao ensino de ciências e biologia, discutindo diversas formas de desenvolver a aprendizagem em alunos, aproveito para exemplificar que durante os ensinos dessa disciplina foram realizados diversos demonstrativos de metodologias diferenciadas para o ensino, como criação de modelos didáticos para lecionar os conteúdos mais diversos, como desenvolver aulas práticas no ensino de ciências e biologia assim como aulas de campo para o bom desenvolvimento do ensino, lembro da realização de uma aula prática na universidade, onde foi realizado uma visita para desenvolvimento do ensino de biologia no turno noturno, e os alunos tiveram como atividade a realização de diferentes metodologias no ensino de ciências e biologia, tudo de maneira supervisionada onde foi excelente o acompanhamento do professor responsável pela disciplina.

A disciplina foi extremamente importante para o desenvolvimento de metodologias que auxiliam na consolidação do professor, pois traz os mais diversos

conceitos que podem ser utilizados no Ensino de Ciências e Biologia, isso foi uma construção excelente para aplicação em sala de aula quando o discente for formado e estiver atuando em sala de aula, infelizmente não há memórias de conteúdos relacionados a educação inclusiva, não reporto apenas a responsabilidade ao professor da disciplina que poderia desenvolver atividades que auxiliem no Ensino para a Educação Inclusiva, mas os alunos podem sim buscar atividades diferenciadas para ensinar as disciplinas de Ciências e Biologia.

Podemos considerar uma disciplina específica dos cursos de licenciatura que foi instituído nas Instituições de Ensino Superior, que é Libras, extremamente importante para o desenvolvimento do professor em formação que pode ser descrita com detalhes, a disciplina possui carga teórica, mas é indispensável praticar pois é preciso aprender os mais diferentes sinais que exemplificam as falas e conceitos relacionados a apresentação, discussão entre outros conteúdos da disciplina.

É importante retratar que a disciplina de Libras está relacionada ao ensino de alunos com uma necessidade educacional especial específica, os alunos surdos, mas mesmo sendo tão específica a disciplina trabalhou a educação inclusiva de forma abrangente, onde foi necessário que os alunos discorressem sobre dificuldades apresentadas em sala de aula e desta feita foi possível discutir um pouco sobre o desenvolvimento da educação inclusiva, é possível lembrar um dos questionamentos realizados pelo professor no início da disciplina: existe educação inclusiva nas instituições de ensino? Esse questionamento foi lançado aos alunos e foi realizada uma breve explanação sobre o assunto.

Foi discutido a importância da Educação Inclusiva, logicamente era sempre levado ao lado de ensinamento para alunos surdos, tendo em vista que esse é o intuito da disciplina, trabalhar o ensino, aprendizagem e linguagem dos alunos surdos existentes nas escolas. Conversou-se sobre as diferentes metodologias que auxiliam no ensino-aprendizagem de alunos com essa especificidade, onde houve discussões importantíssimas que trouxeram conhecimentos gerais. Também foi conversado sobre as leis que norteiam a educação inclusiva no Brasil mostrando a força que ela pode exercer quando é cumprida fidedignamente.

A disciplina teve uma experiência excepcional no desenvolvimento do conhecimento dos alunos que estavam pagando a disciplina, o que dificultou um

pouco a aprendizagem dos alunos foi a questão de experiências práticas que não puderam ser vivenciadas durante essa disciplina, isso infelizmente fez com que deixasse uma lacuna nos estudantes que apenas puderam trabalhar os sinais em libras com os demais colegas de sala, não podendo vivenciar com alunos em sala de aula os conhecimentos adquiridos na disciplina.

As demais disciplinas desenvolvidas durante a graduação em relação a assuntos educacionais foram de extrema importância para a formação do licenciando, mas tem que ser pensado que o presente trabalho trata sobre o desenvolvimento da educação inclusiva nessas disciplinas, portanto foram demonstrados alguns exemplos aqui de alguns conteúdos que poderiam ser trabalhados no decorrer das disciplinas, mas que não tiveram um grande trabalho sobre o ensino para alunos que possuem necessidades educacionais especiais.

Outras disciplinas educacionais deixaram a desejar quando se é falado sobre educação inclusiva, demonstrando que há uma necessidade no aprofundamento do conteúdo, seja na maneira abordada em sala de aula na universidade ou até mesmo trazendo conteúdos mais práticos no decorrer de seus ensinamentos, pode-se informar que o conteúdo da educação inclusiva é muito recorrente nas salas de aula dos ensinamentos básicos e precisam preparar os futuros professores para melhorar a aprendizagem de alunos que possuem necessidades educacionais especiais.

4.3 Vivências durante as disciplinas de natureza prática do curso de licenciatura em ciências biológicas

Existem disciplinas consideradas práticas que na realidade não apresentam apenas conteúdos práticos, mas possuem uma divisão, parte teoria e parte prática, mas como em sua constituição existe a maior possibilidade ou teoricamente seriam em sua maioria trabalhados de forma prática, podemos considerá-las assim.

As disciplinas de natureza prática são essenciais para a formação de professores no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, pois promovem a articulação entre teoria e prática. Essas disciplinas têm como objetivo principal permitir que os licenciandos experimentem a aplicação de conhecimentos científicos em contextos reais, integrando-os ao cotidiano escolar. Schön (2000) destaca que a

prática docente reflexiva é crucial para o desenvolvimento profissional, permitindo que os futuros analistas analisem e ajustem suas ações pedagógicas com base nas experiências vividas durante as atividades práticas. São consideradas essas disciplinas práticas: Projetos Integradores e os Estágios Obrigatórios.

Os Projetos integradores seguem o aluno desde o primeiro período até o sétimo, sendo importantíssimo em cada um dos períodos trabalhando de forma interdisciplinar com as disciplinas recorrentes em cada um dos períodos, porém essa integração ficou a desejar durante toda a graduação. Essa disciplina tem como temática central a realização de projetos que possibilitem a participação ativas das disciplinas trabalhadas naquele período, e que elas possam trabalhar entre si com projetor que liguem cada uma delas com o ensino de ciências e biologia.

Poderia ser facilitado o ensinamento das disciplinas do período e trazer cada um dos conhecimentos adquiridos para mais próximo de metodologias que pudessem ser utilizadas na atuação do professor, pode-se dizer que esses projetos realizados, poderiam tratar de temáticas como educação inclusiva, possibilitando aos estudantes vivências que realmente será utilizada após sua formação no cotidiano de sala de aula, mas infelizmente ficou a desejar em relação a educação inclusiva, pois em momento nenhum por sete períodos foi trabalhado uma temática que tivesse relação com a educação inclusiva e proporcionasse aos alunos uma aprendizagem significativa sobre metodologias que podem ser utilizadas em sala de aula para alunos que possuem necessidades educacionais especiais.

Como última disciplina que pode ser discutida, podemos falar da Disciplina de Estágio Obrigatório, que na realidade é dividido em quatro estágios, o primeiro estágio é realizado em um espaço educacional não formal, não estando diretamente com alunos regendo conteúdos disciplinares em sala de aula, mas espaços que possibilitem visitas, realização de projetos entre outras atividades relacionadas ao conteúdo de ciências e biologia em suas mais diferentes áreas. O segundo estágio é o de observação de regência, esse já inicia em sala de aula, visualizando os professores lecionando a disciplina de ciências ou biologia em sua sala de aula. o terceiro e quarto estágio são o de regência em sala de aula onde o estudante irá ministrar aulas com a orientação do professor titular em sala de aula possibilitando as mais diferentes vivências do estudante durante a ministração.

Inicialmente será falado sobre o primeiro estágio realizado em um espaço não formal, no caso esse estágio foi desenvolvido no Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas, onde a vivência foi praticamente com os materiais do museu e não houve vivência com alunos diretamente o que não possibilitou que a educação inclusiva fosse vivenciada. Pode-se informar que no período de realização do estágio não estavam acontecendo visitas frequentes no museu, o que dificultou ainda mais para que a educação inclusiva fosse ativamente, através de alguma visita de um aluno que possuísse alguma necessidade educacional especial.

Durante o período de estágio é válido ressaltar que foi organizado a sala de vivência para os alunos que estivessem fazendo visitas ao museu, onde os estudantes que estavam realizando o estágio em espaços não formais, puderam organizar a sala, realizando ornamentações e organizando os jogos existentes nessa sala.

Dentre os jogos que foram organizados existiram alguns que tratavam de metodologias diferenciadas para identificar se houve aprendizagens dos visitantes, principalmente crianças, esse jogos eram práticos, com formas e figuras que possibilitavam o conhecimento aos visitantes, isso é muito importante em ser citado, pois esses jogos facilmente poderiam ser utilizados como metodologia alternativa para o desenvolvimento da aprendizagem de alunos que possuíssem alguma necessidade educacional especial, infelizmente não houve a possibilidade de utilização pois não houve visitas de estudantes que atendessem a esse requisito, na realidade mesmo com apenas uma visita ou duas durante o período de realização do estágio esses visitantes não adentraram a sala que ficavam esses jogos, que impossibilitou a utilização dos mesmos, mesmo que com alunos que não possuíssem necessidades educacionais especiais.

Durante a realização do segundo estágio supervisionado que foi o de observação em sala de aula pode-se vivenciar no campo da observação como os professores trabalhavam em sala de aula durante a ministração de suas aulas, o estágio foi realizado em uma instituição escolar de ensino fundamental anos finais, o professor observado foi o de ciências, que era o titular regente das turmas, pode-se observar como o professor trabalhava em sala de aula, mas como trata-se de uma temática específica será relatado como foi o ensinamento de ciências para os alunos

que possuem necessidades educacionais especiais e dessa forma ser realizada a educação inclusiva.

O professor enquanto lecionava os conteúdos de ciências não tinha uma preocupação exclusiva com os alunos que possuíam necessidades educacionais especiais, acredita-se que por encontrar-se em uma sala de aula com mais de trinta e cinco alunos, fica difícil identificar as problemáticas existentes dos alunos e assim trabalhar atividades diferenciadas. Falando em atividades diferenciadas, era dessa forma que o professor trabalha o conteúdo com os alunos que tinham esse déficit, levando atividades de colorir ou desenhar, mas não é dessa forma que será desenvolvida uma aprendizagem significativa nos alunos que necessitam da educação inclusiva.

O professor deveria trabalhar o conteúdo com seus alunos de maneira a facilitar a aprendizagem, não modificando o conteúdo para mostrar apenas as partes fáceis dos assuntos, mas aproximar da realidade enfrentada pelos estudantes da instituição escolar, inclusive os alunos com necessidades educacionais especiais, auxiliando-os na resolução de problemas, trabalhando os conteúdos com metodologias alternativas nos os alunos fossem protagonistas e pudessem trabalhar diretamente a disciplina de ciências fortalecendo o seu conhecimento científico com criticidade.

Deve ser ressaltado que essas vivências ocorreram externamente a universidade e não durante discussões ou leituras na disciplina, mesmo com toda essa vivência apenas foram discutidos rapidamente na sala de aula da universidade, mesmo assim isso é uma mostra exclusiva de que mesmo não sendo trabalhadas dentro da universidade, a disciplina do curso de graduação proporcionou uma vivência específica com a temática desenvolvida nesse trabalho.

Na disciplina de estágio três podemos discutir de maneira específica pois é a regência em sala de aula, desta oportunidade foi vivenciado uma experiência excepcional com relação a alunos com necessidades educacionais especiais, pois em uma das salas de aula que foi realizado a regência havia um aluno com uma dificuldade específica na aprendizagem que era muito severa, o que impossibilitava que o aluno participasse em sala de aula das atividades que eram desenvolvidas e assim com a regência sendo observado pelo professor titular de sala de aula, não

existiu uma maneira diferenciada em como desenvolver trabalhos exclusivos com esses alunos.

Mesmo com todo o período em que estava na sala de aula não foi apresentado mais nenhuma oportunidade para que fosse desenvolvido metodologias diferenciadas com alunos do ensino fundamental anos finais, portanto não houve um aprofundamento no estudo enquanto eram ministradas as aulas, mas foi possível reconhecer como era dificultoso para o professor de sala de aula trabalhar atividades diferenciadas aproximando os conteúdos ministrados aos alunos, pois a demanda em sala para correção de atividades, realização de trabalhos entre outras atividades proporcionadas pela escola era altíssimo, e para realizar momentos diferenciados há uma necessidade de planejamento e com uma tendência altíssima dos professores trabalharem em diversos locais diferentes, fica praticamente impossível realizar o planejamento para diferenciar seus conteúdos.

Durante a vivência no estágio quatro, a regência aconteceu no ensino médio o que proporcionou o desenvolvimento da biologia no ensinamento de conteúdos voltados para essa disciplina mais específicas, mas quando voltamos para a temática principal que é a educação inclusiva, não houve a possibilidade do trabalho de maneira específica pois na escola em que foi realizado o estágio não havia nenhum aluno com necessidades educacionais especiais o que não proporcionou uma vivência no ensino médio sobre trabalhos diferenciados na temática da educação inclusiva, deve-se lembrar que esse tipo de educação não está limitado a trabalhar apenas os conteúdos existentes na grade curricular mas trazer metodologias diferenciadas visando a aprendizagem dos alunos, proporcionando experiências em sala de aula que os auxiliem a resolver problemas de maneira crítica sendo protagonistas de tudo aquilo que estiverem desenvolvendo independentemente de estarem dentro da instituição escolar, em suas residências ou qualquer outro lugar.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Universidade Federal de Alagoas proporciona aos estudantes diferentes vivências para complemento e afirmação de todo conhecimento desenvolvido nas salas de aula, pensando na Educação Inclusiva é um conhecimento emergente e atualizado que proporciona desafios para os professores que estão em formação.

É importantíssimo discutir como um tema tão abrangente tem sido trabalhado e discutido nas Instituições de Ensino Superior, através das vivências e experiências que foram passadas, o conhecimento torna-se autêntico, mostrando aquilo que realmente ocorreu na graduação. O trabalho passa um conhecimento metodológico específico pois ao realizar a leitura existe a possibilidade do conhecimento facilitado pela linguagem e pela metodologia utilizada.

É necessário lembrar que a Educação Inclusiva é obrigatoriedade de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), todas as escolas devem realizar práticas inclusivas, abrangendo a adaptação de todos os conteúdos, métodos e materiais de todas as áreas do conhecimento, essa inclusão deve ser realizada através do desenvolvimento de estratégias adaptadas para atender as mais diversas necessidades educacionais especiais.

Sendo um relato de experiência, todas as vivências desenvolvidas neste trabalho são marcantes, pois mostram como as diferentes disciplinas trabalham a educação inclusiva nos seus processos de ensino, assim visualizando com facilidade como é abordado o tema principal deste trabalho, as dificuldades são reais, seja por parte dos professores que lecionam as disciplinas, ou até mesmo os alunos que muitas vezes não participam ativamente das atividades desenvolvidas na sala de aula da universidade.

As disciplinas do curso podem ser um pouco falhas quando são colocadas a prova com um assunto tão específico quando a educação inclusiva, mas é importante também para os professores reconhecerem que estão trabalhando com discentes que serão futuros professores e que brevemente estarão trabalhando com os mais diferentes alunos, portanto precisam prepará-los a enfrentar as dificuldades que irão encontrar nas salas de aula no cotidiano de suas vidas.

Porém é válido ressaltar que as disciplinas são completas em formas gerais quando colocadas em profundidade sobre conhecimentos específicos, e isso as faz complexas, este trabalho traz de maneira bem exclusiva uma temática que não é fácil, nem de ser trabalhada nem exemplificada nas disciplinas de conhecimentos específicos, que irão trazer aos estudantes conhecimentos relacionados a ciências e biologia, então é preciso ser ativos na pesquisa e estudos para conseguir acompanhar as temáticas e atividades externamente à universidade. Não significa que as disciplinas de conhecimentos específicos estejam distantes de trabalharem a educação inclusiva, mas muitas vezes pode acontecer que o professor que está lecionando a disciplina nunca teve uma proximidade com alunos que possuem necessidades educacionais especiais o que dificulta desenvolver atividades que sejam próprias para esses alunos.

Quando é tratado das disciplinas educacionais pode-se observar que elas até permeiam a temática da educação inclusiva, porém falta aprofundamento sobre o tema pois é preciso pensar que os estudantes serão futuros professores e irão trabalhar com alunos que possuem necessidades educacionais especiais e precisarão de mecanismos específicos para desenvolver um bom trabalho e criar nesses alunos uma aprendizagem significativa.

Devemos ressaltar que os cursos de licenciatura possuem uma disciplina específica para o ensino de surdos, que é Libras, ela por si só já traz uma educação inclusiva estampada em seu nome, pois trabalha a integração de alunos com surdez nas salas de aula cotidianas, assim como ela possibilita utilizar diferentes metodologias no desenvolvimento do ensino de ciências e biologia.

Através da observação das disciplinas práticas pode-se observar que foi uma discussão considerável, pois trouxe o quanto elas fazem com que o estudante possa vivenciar, através da prática, às experiências relacionadas a Educação Inclusiva, auxiliando-os a realizarem produções e metodologias diferenciadas para trabalhar com os alunos que possuem Necessidade Educacionais Especiais.

Por fim, é válido ressaltar que a temática apresentada no trabalho é de extrema importância para o desenvolvimento profissional de pessoas que trabalham com a educação, pois traz uma explanação teórica que auxilia diretamente em reconhecer a Educação Inclusiva como temática excepcional para o bom desenvolvimento de um professor, pois é possível identificar problemáticas existentes na formação docente,

portanto isso demonstra que há uma necessidade gritante em melhorar o ensino de qualidade, trazendo a equidade para as pessoas através de uma Educação Inclusiva que seja totalmente organizada num bom funcionamento das instituições escolares.

9 REFERÊNCIAS

ABREU, S. M. B. DE; NÓBREGA-THERRIEN, S. M. Aprendizagens didáticas pela alteridade: experiência autoformadora na supervisão no PIBID Educação Física do IFCE. *Cenas Educacionais*, Caetité, v. 4, p. e10655, 2021.

BATISTA, Leticia Alves; CARDOSO, Maykon Dhones de Oliveira. Educação Inclusiva: desafios e percepções na contemporaneidade. *Revista Educação Pública*, v. 20, nº 44, 17 de novembro de 2020.

BASSOLI, Fernanda. Atividades práticas e o ensino-aprendizagem de ciência (s): mitos, tendências e distorções. Minas Gerais. *Ciência & Educação*. 2014.

BENITE, A. M. C.; et al. Formação de professores de Ciências em Rede Social: uma perspectiva dialógica na Educação Inclusiva. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*. v. 9, n. 3, 2009.

BENITE, A. M. C.; et al. Parceria colaborativa na formação de professores de Ciências: a Educação Inclusiva em questão. In: GUIMARÃES, O. M. (Org.). *Conhecimento Químico: desafios e possibilidades na ação docente: Encontro Nacional de Ensino de Química*. Curitiba: Imprensa Universitária da UFPR, v. 1, p. 1-12, 2008.

BOFF, L. *Ética e moral: a busca dos fundamentos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Constituição Federal de 1988 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 19 de maio de 2023.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, p. 28, 23 dez. 2005

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 27 dez. 1961.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras exceções. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 23, 25 abr. 2002.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (Terceira Versão). Ministério da Educação, Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 39, 14 set. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Ministério da Educação / SECADI. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Brasília, DF.

BRASIL. Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 de julho de 2015b

BRETON, H.; ALVES, C. A. A narração da experiência vivida face ao “problema difícil” da experiência: entre memória passiva e historicidade. Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v.17, n. 44, p. 1-14, jan./mar., 2021.

BUENO, J. G. Educação especial brasileira: Integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 2006.

CAPOZZOLO, A. A. et al. Experience, knowledge production and health education. Interface (Botucatu), v.17, n.45, p.357-70, abr./jun. 2013.

CERQUEIRA, A, G, C; SOUZA, D; MENDES, P, A. A trajetória da LDB: um olhar crítico frente à realidade brasileira. Ciclos históricos. Ilhéus: UESC, 2009.

CHAUÍ, M. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática. 2014.

CORDE. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. BRASÍLIA: CORDE, 1994.

CÓRDULA, E. B. L.; NASCIMENTO, G. C. C. A produção do conhecimento na construção do saber sociocultural e científico. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 18, p. 1-10, 2018.

DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. São Paulo: Autores Associados, 2002.

DE PAULA, Andrea Cristiane. A RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA NA FORMAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES: análise de uma experiência. 2019 Dissertação (Mestrado), Universidade de Taubaté, Taubaté, 2019.

DIAS, A. M. I.; THERRIEN, J.; FARIAS, I. M. S. de. As áreas da educação e de ensino na Capes: Identidade, tensões e diálogos. Revista Educação e Emancipação, São Luís, v. 10, n. 1, p. 34-57, 2017.

DIAS, A. B; CAMPOS L. M. L. A educação inclusiva e o ensino de Ciências e de Biologia: a compreensão de professores do ensino básico e de alunos da licenciatura. Atas do IX Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – IX ENPEC Águas de Lindóia, SP – 10 a 14 de novembro de 2013.

DIAZ, Félix. O processo de aprendizagem e seus transtornos. Salvador. EDUFBA, 2011, 396 p

FLORES, F. F. et al. A Educação Física do CAPS: experiências do estágio em Guanambi - BA. Cenas Educacionais, Caetité, v. 2, n. 1, p. 169-185, 2019.

FREITAS, A. A. de. "Relatos de Experiência: Reflexões e Práticas". *Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica*, v. 12, n. 1, 2015.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43.

GARCIA, R. M. C. (2006). Políticas para a educação especial e as formas organizativas do trabalho pedagógico. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 12(3), 299-316.

GARCIA, R. M. C., & Michels, M. H. (2011). A política de educação especial no Brasil (1991-2011): Uma análise da produção do GT15 - Educação Especial da ANPED. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 17, 105-124.

GATTI, B. A. *Formação de Professores no Brasil: Características e Problemas*. São Paulo: Unesp, 2014.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GIL, A. C. *Didática*. São Paulo: Atlas, 2007.

GLAT, R.; FERNANDES, E.M. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. *Revista Inclusão*, Brasília, v.1, n.1, p.35-39, 2005.

GLAT, R.; PLETSCHE, M.D. O papel da universidade no contexto da política de educação inclusiva: reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v.23, n.38, p.345-356, 2010.

HENDGES, A. P. Estágio não formal: vivenciando experiências com a Educação Especial. *Revista Insignare Scientia - RIS*, Chapecó, v. 2, n. 3, p. 21-30, 2019.

INEP. Matrículas na educação especial chegam a mais de 1,7 milhão. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/matriculas-na-educacao-especial-chegam-a-mais-de-1-7-milhao> Acesso em: 15 de julho de 2024.

JIMÉNEZ, R. B. Uma escola para todos: A integração escolar. In: BATISTA, M. (Org.). Necessidades Educativas Especiais Lisboa: Dinalivro, 1997. p. 21-35.

KRASILCHIK, M. Prática de ensino de Biologia. 2. ed. São Paulo: Harper & Row, 1986. 195p. Caminhos do ensino de ciências no Brasil. Em Aberto, v. 11, n. 55, 1992.

LIBÂNEO, J. C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 2004.

LIMA, Andresa Barbosa de Lima. O ensino de ciências para a educação inclusiva no Brasil: revisão sistêmica de literatura. 2024. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Universidade Federal de Alagoas, 2022.

LORENZETTI, L.; DELIZOICOV, D. Alfabetização científica no contexto das séries iniciais. Ensaio - Pesquisa em Educação em Ciências, v. 3, n. 1, jun. 2001.

LÜDKE, M.; CRUZ, G. B. DA. Contribuições ao debate sobre a pesquisa do professor da educação básica. Formação Docente - Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, v. 2, n. 3, p. 86-107, 18 dez. 2010.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. 3º Edição, São Paulo, Cortez 2001.

MIRANDA, Teresinha Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão. O Professor e a Educação Inclusiva: Formação, Práticas e Lugares. Salvador, EDUFBA, 2012, 491 p.

MORAN, J. M. *Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica*. São Paulo: Papirus, 2015.

NUNES, C. S. "A Importância da Reflexão Crítica na Formação Docente". *Educação e Pesquisa*, v. 42, n. 3, 2016.

PAIVA, P. W. S. C; MATOS, M. B. Relato de experiência como docente na Escola Estadual Indígena Riachuelo. Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 15, n. 31, p. 471-492, 2019.

PAVANELO, R.; CARVALHO, L. *Ensino de Ciências e a Formação do Professor Crítico*. Revista de Educação, 2010.

PESSOTTI, I. *Deficiência mental: da superstição à ciência*. São Paulo: TA Queiroz, 1984.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. *Estágio e docência* 3. ed. São Paulo: Cortez , 2008.

PROCÓPIO, M. V. R.; et al. Formação de professores em ciências: um diálogo acerca das altas habilidades e superlotação em rede colaborativa. *Revista Eletrônica Enzenanza de la Ciencias*, v. 9, p. 435-456, 2010.

SASSAKI. R. K. O direito à educação inclusiva, segundo a ONU. *In: A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência comentada* Brasília: Corde, 2007.

Saviani, D. (2011). Sobre a natureza e a especificidade da educação. In D. Saviani (Org.), *Pedagogia histórico-crítica: Primeiras aproximações* (10a ed., pp. 11-20). São Paulo: Autores Associados.

SHÖN, Donald A. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: 2000.

SILVA, P. F. Percepções dos alunos de ensino médio sobre questões bioéticas 2002. 131 f. Dissertações (Mestrado) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SILVEIRA, Jader Luís da. As Teorias de Aprendizagem aplicadas na prática no âmbito da sala de aula. *Portal Partes* (São Paulo), ISSN 1678-8419. n.0, v. 1, p.1., 2020.

SOUZA, C. Educação e História da Educação no Brasil. *Educação Pública*, v.18, n. 23, 27 de novembro de 2018.

SOUSA, D. A. de; BARROSO, M. L. A formação inicial docente em Educação Física a partir do Programa Residência Pedagógica: um relato de experiência. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo, Fortaleza*, v. 1, n. 2, p. 1-15, 2019.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Salamanca: 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL). Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas Modalidade Licenciatura. Maceió, 2015. 70 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL). Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Maceió, 2019. 108 p.

VITALIANO, C.R. Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.13, n.3, p.399-414, 2007.